

O (DES)USO DO CLÍTICO DE TERCEIRA PESSOA NA FALA E NA ESCRITA DOS MACEIOENSES

Mary Hellen Batista dos SANTOS¹

RESUMO: O presente trabalho pretende fazer uma breve explanação sobre o uso do clítico de terceira pessoa nas modalidades oral e escrita do Português Brasileiro, e tem o objetivo de demonstrar que na modalidade de língua ensinada na escola existe uma tendência em manter alguns itens não mais utilizados na modalidade oral a exemplo do pronome em questão. Como fundamentação, utilizamos alguns estudos já realizados como os de Kato (2005), Galves (2001), Magalhães (2000), Correa (1991), dentre outros que discorrem sobre essa questão. Para produzi-lo analisamos algumas narrações produzidas por alunos do ensino fundamental de uma escola da rede particular da cidade de Maceió, com o intuito de demonstrar que a modalidade do Português ensinada nas escolas tende a manter, através de regras, alguns itens já não mais utilizados pelos falantes na modalidade oral da língua.

Palavras chave: Aquisição, Pronome, Português Brasileiro.

ABSTRACT: This paper intends to make a brief explanation about the use of clitic third person in oral and written Brazilian Portuguese, and aims to demonstrate that the modality of language taught in schools there is a tendency to keep some items no longer used in oral mode like the pronoun in question. The background used some previous studies such as Kato (2005), Galves (2001), Magalhães (2000), Correa (1991), among others that discuss this issue. To produce it we analyze some narrations produced by elementary school students of a private school in the city of Maceió, in order to demonstrate that the type of Portuguese taught in schools tends to maintain, through rules, some items no longer used by speakers in oral mode of language.

Keywords: Acquisition, Pronouns, Brazilian Portuguese.

1. Introdução

O sistema pronominal do Português Brasileiro, doravante PB, tem sido objeto de diversos estudos lingüísticos no decorrer dos tempos. Definidos pela Gramática Tradicional (GT) como “classe de palavras que se referem a um significado léxico indicado pela situação ou por outras palavras do contexto” (cf. BECHARA, 2002, p.132) os pronomes apresentam um funcionamento muito diferente daquele prescrito pela GT, podendo representar um dos pontos de distanciamento da gramática normativa em relação à língua falada e escrita por grande parte dos brasileiros.

¹ Aluna de mestrado do programa de Pós-graduação em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas.

O paradigma pronominal do PB tem levantado inúmeros problemas para diversos módulos das Gramáticas como, por exemplo, os de concordância e caso. Nas últimas décadas alguns pronomes foram extintos, tanto da modalidade oral quanto da modalidade escrita do PB, a exemplo do que aconteceu com o pronome *vós*. Outros pronomes surgiram a partir da gramaticalização dos nomes como, por exemplo, *a gente* que aos poucos foi instituído em nosso sistema pronominal.

Outras formas, como o clítico *o*, não estão mais presentes na modalidade oral do PB uma vez que os falantes dessa língua optam pelo objeto nulo (ON), mas as gramáticas ensinadas nas escolas brasileiras fazem com que esse pronome se mantenha ao menos na modalidade escrita da língua.

São notórias as diferenças existentes entre essas duas modalidades. Alguns estudos como o artigo de Galves (1984) mostram que frases produzidas naturalmente na linguagem popular precisam ser reorganizadas para serem utilizadas na chamada norma culta da língua.

Reche (1991, p.03) afirma que “[...] na linguagem culta o objeto direto não deve aparecer vazio se sua interpretação for determinada”. Nesse trabalho, de cunho gerativista, a autora realiza um estudo sobre aquisição em que é analisado o uso do ON na fala de crianças em comparação com a escrita, sendo possível observarmos que na medida em que o nível de escolaridade aumenta, aumenta também o uso do clítico de terceira pessoa.

O presente trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre o (des)uso do clítico de terceira pessoa, mais especificamente o clítico *o* tanto na fala quanto na escrita de crianças da cidade de Maceió, com o intuito de investigar até que ponto a escolaridade influencia na utilização deste pronome para preencher a posição de objeto em ambas modalidades da língua. E para realização do mesmo tomaremos como pressupostos teóricos a Gerativa (cf. Chomsky, 1981), nos modelos de princípios e parâmetros.

2. Os estudos sobre a utilização dos pronomes

Alguns estudos como, por exemplo, o de Reche (1991) mostram que no processo de aquisição da linguagem a criança tende a não preencher a posição de objeto, e que de acordo com o nível de escolaridade esse quadro se reverte, ao menos no que se refere à escrita, ou seja, inicialmente a criança não utiliza os clíticos na posição que lhes são determinadas pelas Gramáticas Normativas, e apenas durante o período escolar essa posição passa a ser preenchida pelo pronome correspondente.

Sobre a possibilidade que a criança tem de preencher ou não a posição de objeto, Reche (1991, p.10) elenca algumas questões, a saber: i) como classificar o PB, se sabemos que teoricamente existem línguas que permitem ou não preenchimento dessa posição e outras em que isso não é possível. ii) Outra questão se refere à refixação do parâmetro quando a criança preencher o objeto nulo anafórico. Segundo a autora, essas e outras questões ainda estão em aberto na área da Teoria Gerativa.

Também Magalhães (2000), em sua tese, discorre sobre o sistema pronominal sujeito e objeto no PB comparando-o com o Português Europeu (PE). Nesse trabalho a autora ressalta a utilização do pronome *ele* para preencher a posição de objeto e também a ocorrência do objeto nulo referencial afirmando que, diferente do que acontece no PE, no Português Brasileiro esse tipo de objeto tem uso restrito em alguns contextos.

A partir da análise dos estudos acima mencionados nos deparamos com algumas questões tão intrigantes quanto àquela que norteia o presente estudo, são elas:

- Analisar se há um distanciamento entre as modalidades oral e escrita da língua ao fim do processo de aquisição da escrita;
- Analisar se o fator escolaridade influencia no preenchimento da posição de objeto;
- Observar até que ponto o acesso à norma culta da língua influencia no uso do pronome clítico na fala.
- Caracterizar o contexto sintático que acompanha o não preenchimento da posição de objeto, demonstrando os fatores condicionantes da sua ocorrência.
- Fazer um levantamento sobre o conhecimento lingüístico que a criança leva para a escola e aquele que ela demonstra após alguns anos de escolarização.

Fato é que o clítico de terceira pessoa não é produzido pelos adultos em fala espontânea, portanto, as crianças não têm acesso a ele, ou seja, esse pronome está fora do processo natural de aquisição. Dessa forma, a criança só terá acesso ao clítico durante o processo de escolarização, pois durante esse período ela passa a ter contato com este pronome através da modalidade escrita da língua ao entrar em contato com textos escritos em que esses pronomes estão presentes.

Vários trabalhos têm demonstrado o abismo existente entre a gramática da fala e a gramática da escrita. Tarrallo (1996, p.70) *apud* Magalhães (2008, p.45) afirma que o sentido

da nossa gramática brasileira, no sentido da gramática normativa, tem sido ditado pela tradição portuguesa e só esse fato torna o vácuo entre a língua oral e a escrita muito mais profundo no Brasil do que em Portugal

Outros autores como, por exemplo, Cyrino discorrem sobre o uso cada vez menos freqüente do pronome clítico ocupando a posição de objeto no que tange a modalidade oral da língua. Já segundo Correa (1991), são necessários muitos anos de escolarização para que o falante do PB faça uso de poucos clíticos na escrita. Magalhães (2006) ao analisar dados de aquisição inicial não encontra dados sobre o uso dos clíticos, no entanto, o estudo do *corpus* revela a utilização dos pronomes tônicos para preencher a posição de objeto.

Dessa forma faz-se necessário analisar como o nível de escolaridade influencia na fala das crianças maceioenses, mais especificamente no que se refere ao uso do clítico de terceira pessoa, o qual autores como Magalhães e Costa (2007) afirmam que as crianças não o utilizam na modalidade oral da língua, mas que a escola recupera o uso desse pronome.

3. Estudos sobre a aquisição da fala

Chomsky distingue a língua – E, compreendida como um conjunto de enunciados, da língua – I, entendida como língua interna, ou seja, como o conhecimento que os falantes tem da língua. Esse conhecimento internalizado compreende o sistema cognitivo do qual depende a aquisição da linguagem. Assim, a criança em processo de aquisição da linguagem constrói sua língua – I através do contato que esta tem com a língua- I do adulto. Este processo constitui o processo natural de aquisição da linguagem, e ocorre entre os 2 e os 4 anos de idade.

Para a Teoria Gerativa, mais especificamente nos modelos da teoria de princípios e parâmetros (P &P) todo ser humano é dotado inatamente de um conhecimento lingüístico que guia a criança no processo de aquisição da língua: a Gramática Universal (GU). Esta, por sua vez, é composta por princípios, que regem as propriedades invariantes da língua; e por parâmetros, responsáveis pelas possíveis variações entre elas. Ambos inatos, pois são dados pela GU.

Sendo assim, o ser humano é dotado do aparato genético que é a Faculdade da Linguagem e esta, por sua vez, contém a GU que em seu estágio inicial possui uma estrutura sintática mínima e que ao entrar em contato com uma língua particular adquire as características desta. Vale salientar que a GU é própria do ser humano, ou seja, todos os

indivíduos da espécie humana são dotados da Faculdade da Linguagem e concomitantemente da Gramática Universal.

Vale destacar ainda que a fixação desses parâmetros é feita com base no que a criança ouve, ou seja, é feita com base em dados lingüísticos espontâneos de fala e não é necessário que se ensine a criança que ela deverá marcar o valor como positivo ou negativo para determinado parâmetro, isso acontece naturalmente na GU do infante.

Segundo RAPOSO (1992,p.55) depois que todos os parâmetros estão ligados, a criança adquire uma gramática nuclear.

isto é, um sistema complexo de conexões entre os princípios universais rígidos e os parâmetros, o qual determina de um modo altamente específico as propriedades de cada língua particular. A aquisição é assim completamente identificada com o crescimento e maturação de UG ², que passa de um estado apenas parcialmente especificado (com parâmetros por fixar) a um estado completamente especificado (com os parâmetros fixados), funcionando então como um sistema computacional.

Dessa forma, o estado inicial de aquisição da linguagem restringe tanto o que é invariável nas línguas naturais como também as opções abertas a serem definidas pela experiência lingüística do falante, ou seja, pelo *input* lingüístico ao qual a criança é exposta. Podemos então conceber que a aquisição da fala é um processo natural/ biológico próprio da espécie humana, uma vez que o processo de aquisição ocorre sem que seja necessário correções ou instruções escolar. Ao contrário do que ocorre com a aprendizagem da escrita que se caracteriza por ser um processo cultural no qual o aprendiz necessita de instruções para saber que tipo de mecanismos são necessários para uma boa escrita.

Ao tomarmos como arcabouço teórico a Teoria Chomyskiana, admitimos que os seres humanos são dotados de uma capacidade inata para adquirir a língua, uma vez que estes possuem uma faculdade mental que lhes permite tal proeza. Assim, para que o ser humano possa adquirir e desenvolver uma língua basta apenas que ele esteja inserido no ambiente lingüístico da língua em questão conforme podemos observar na citação abaixo (*apud* Magalhães, 2000, p 05)

² UG é a abreviação do inglês de Universal Grammar, que nesse trabalho denominamos GU.

Em resumo adquirir uma língua depende (entre outras coisas) na fixação dos princípios e parâmetros abertos na GU. A criança exposta a uma determinada língua deve atribuir determinado valor a um parâmetro. Quando todos os valores de todos os parâmetros estiverem fixados a criança terá atingido o Ss. Ou seja, o estágio estável da gramática, o estágio da gramática adulta.

No entanto, ao iniciar o processo de escolarização a criança passa a ter contato com outra modalidade da língua e essa nova modalidade, a norma culta, passa a influenciar a fala da mesma forma que também há uma interferência da fala no processo de aprendizagem da norma culta.

4. Estudos sobre a aprendizagem da escrita

Ao considerarmos a escrita e seu processo de aprendizagem nas escolas brasileiras observamos que a gramática estudada na escola é diferente daquela utilizada pelos falantes do PB em seu cotidiano. Ao ser alfabetizada, a criança passa a ter contato com uma nova modalidade da língua, e essa nova modalidade possui algumas peculiaridades como, por exemplo, o uso de algumas formas que não são mais utilizadas na modalidade oral, contudo ainda são mantidas na escrita graças às Gramáticas Normativas, a exemplo do clítico *o*.

Aprender a escrever a Língua Materna, doravante LM, é algo extremamente importante em nossa sociedade, visto que o nível de escolaridade, muitas vezes, é determinante para o desenvolvimento social do indivíduo. Normalmente, as crianças são inseridas nas salas de aula para que possam aprender a escrever em sua LM, no entanto, ao serem alfabetizadas as crianças se deparam com alguns obstáculos que, por vezes, ocorrem graças à distância entre a gramática que a elas levam para a escola (a gramática aprendida em casa no convívio com os pais) e a nova gramática a ser aprendida.

Diante dessa situação vemos que as crianças apresentam algumas dificuldades, tais como: a representação dos sons em algumas palavras, dúvida típica das séries iniciais, e posteriormente as questões se tornam um pouco mais complexas como, por exemplo, com qual pronome devemos preencher a posição de objeto?

No entanto nenhuma dessas questões aparece quando estamos conversando com um amigo ou em qualquer outra situação de oralidade, elas estão presentes, na maioria das vezes,

quando temos que escrever um texto. Isso apenas reforça a distância que existe entre as modalidades oral e escrita da língua.

Sobre a aquisição e a aprendizagem da LM, vale ressaltar o estudo realizado por KATO (1999, p. 01) em que a autora diz:

A lógica do sistema vernacular, objeto de investigação da sociolingüística, e a forma da gramática da mente do indivíduo (língua-I), objeto do gerativista, não formam, porém a concepção consciente de língua do falante atual, para quem a língua tem mais a ver com o que ele conscientemente aprendeu na escola e nos livros do que com o que inconscientemente sabe e faz na fala.

Diante das palavras de Kato vemos que a concepção que o falante possui de língua é aquela aprendida na escola, engessada e cheia de normas, em que o falante desconsidera ou desconhece a gramática que ele traz consigo de casa.

A gramática vernacular é aqui compreendida como conceito de língua externa e extencional (língua – E), já a gramática da mente apresentada na teoria gerativa é compreendida como conceito de língua interna, intencional e individual (língua – I). Para ambos o conceito de língua subjaz o conceito de aquisição e não de aprendizagem lingüística, entendendo aprendizagem como o que acontece quando a intervenção/estimulação externa, e aquisição como conceito em que o desenvolvimento do conhecimento lingüístico se dá apenas de acordo com o *input* natural e externo.

O que a autora propõe é que na medida em que o falante é alfabetizado e que aumenta o seu nível de escolaridade, há uma maior influencia da gramática aprendida na escola sobre a fala “espontânea” do mesmo. Partimos então da hipótese que durante o processo de aquisição da linguagem a criança constrói sua gramática de acordo com o *input* ao qual ela é exposta. Sendo assim, ela tem como base a gramática de sua língua alvo, e esta por sua vez não utiliza o clítico de terceira pessoa para preencher a posição de objeto, optando pelo uso do pronome nominativo *ele* ou ainda pelo não preenchimento dessa posição. Apenas após alguns anos de escolarização a criança passa a ter o acesso ao uso do pronome clítico (cf. Reche 1991), porém, ainda há uma preferência pelo ON.

Em síntese o que os esquemas apresentados querem demonstrar é que a tecnologia da escrita reprime as inovações, o que leva o falante voltar às formas já eliminadas ou em processo de desaparecimento a exemplo do que acontece com o pronome de clítico *o*.

Alguns estudos como, por exemplo, os realizados por Tarallo (1983) e Galves (1984) mostram que ao contrário do que acontecia com o sujeito nulo, que diminuía dando o lugar a pronomes expressos, objeto nulo era cada vez mais freqüente no lugar do objeto referencial anafórico.

O PB fixa o pronome clítico em posição proclítica ao verbo principal, fazendo com que o pronome se comporte mais como uma flexão devido a sua falta de mobilidade. O clítico no Português Brasileiro fixa-se obrigatoriamente ao verbo estando esse em sua forma finita ou não, contudo essa posição nem sempre é compatível com o clítico de terceira pessoa, conforme podemos observar nos exemplos abaixo.

- (14) a. *Ela não o tinha visto. (Tinha-o visto)
b. Ela tinha me visto.
c. *Ela vai o ver.

Apesar de na fala o PB ter perdido os clíticos, a escrita institucionalizada os mantém, fazendo com que os estudantes se deparem com alguns conflitos, uma vez que, se por um lado eles aprendem a suprimir o pronome sujeito, por outro são obrigados a preencher o objeto com o clítico, sendo, portanto, obrigados a usar a ênclise quando o verbo está em posição inicial de sentença conforme podemos observar abaixo:

- (15) a. Viu-me
b. Me viu.
c. Ele me viu.

Os exemplos expostos apresentam as escolhas que podem ser feitas pelos alunos, sendo a alternativa *c* a que menos viola as regras gramaticais do PB, uma vez que a alternativa *a* viola a prosódia da direção de cliticização e a alternativa *b* viola a regra apresentada pela gramática normativa que diz que não se pode iniciar frase com um pronome clítico.

6. Algumas considerações

A partir de uma análise prévia dos dados, que correspondem a textos de crianças entre o sexto ano do ensino fundamental até textos de alunos que estão estudando para prestar o vestibular, foi possível perceber que os pronomes clíticos, de modo geral, estão realmente sendo utilizado cada vez menos, entretanto, diferente do que ocorre na fala ainda é possível encontrá-los na modalidade escrita da língua. Os dados apontam que a substituição do clítico *o* pelo pronome nominativo *ele* é comum, ao menos na produção textual das séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, sexto e sétimo ano.

Eles apontam também que com o aumento do nível de escolaridade há uma maior utilização tanto do pronome em questão quanto do não preenchimento da posição de objeto, uma vez que nos textos referentes ao oitavo e nono anos houve uma maior ocorrência dos clíticos, porém ainda foi possível observar com certa frequência o uso do pronome *ele* ocupando a posição de objeto.

No que tange aos textos dos alunos de ensino médio os dados não apontam a utilização do pronome nominativo para preencher a posição do clítico, porém, nesses mesmos textos quase não encontramos o clítico que é o objeto desse estudo. É importante ressaltar também que encontramos uma maior utilização dos pronomes acusativos em textos narrativos, e que em textos dissertativos eles estão praticamente extintos.

Diante do que foi exposto no decorrer deste trabalho e de acordo com a análise prévia dos dados vemos que assim como apontam alguns estudos, tais como os realizados por KATO (1991 e 1995), MAGALHÃES (2008) e GALVES (2001) o pronome *o* não é mais encontrado na modalidade oral da língua, ou seja, não faz mais parte do *input* ao qual a criança é exposta, dessa forma ele também não faz parte da gramática que a criança aprende em casa.

A posição de objeto direto não é preenchida no processo de aquisição da linguagem, e apenas no contato com a norma culta da língua ensinada através das Gramáticas Tradicionais no período de escolarização é que a criança passa a perceber que existe um pronome utilizado para preencher essa posição.

À medida que o nível de escolaridade aumenta o uso do clítico se torna cada vez mais frequente, porém essa frequência é apenas no que se refere à modalidade escrita da língua. Foi possível observar também que o uso estigmatizado do pronome nominativo de terceira pessoa ocupando o lugar do acusativo é algo bastante comum nas séries do ensino fundamental, o que provavelmente indica que essa situação também ocorre na modalidade oral da língua.

7. Referências

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CORRÊA, V. *O objeto nulo no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 1991.
- CYRINO, Sonia. M. L. *O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. UNICAMP. Tese de doutorado. 1994.
- DUARTE, M. Eugênia. L. *A perda do princípio “evite o pronome” no Português Brasileiro*. UNICAMP. Tese de doutorado, 1995. <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000099448> > Acesso em 30 de set de 2009.
- FARACO & MOURA. *Gramática*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução à Linguística: 1. Objetos teóricos*. Contexto: São Paulo, 2002.
- FREIRE, Gilson Costa. *A realização do dativo e do acusativo anafórico de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- GALVES, Charlotte. *A sintaxe pronominal do Português Brasileiro e a tipologia dos pronomes* In: *Ensaio sobre as gramáticas do Português* / Charlotte M. C. Galves – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001
- GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- KATO, Mary. *A concepção da escrita pela criança*. São Paulo: Pontes, 1994.
- KATO, Mary. *A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical*. M.A. Marques, E. Koller, J Teixeira & A. S. Lemos (orgs). *Ciência da linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga, CEHUM (U. do Minho), 2005: 131-245
- KATO, Mary. *Nomes e pronomes na aquisição*. *Letras de Hoje*, 36,3 Porto Alegre: EdUPUCRS, 2001. p. 101 -112.
- KATO, Mary. *A evolução da noção de parâmetro*. *DELTA* 18:2, 2002 (309-337)
- KATO, Mary. *Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalingüístico*. MORAES, J e L Grimm-Cabral (orgs) (1999) *Investigações a linguagem: ensaios em homenagem a Leonor Scliar-Cabral*. Florianópolis: Editora Mulher. 201-205, 1999.

KATO, Mary. *No mundo da escrita*. São Paulo: editora Ática, 1986.

MAGALHÃES, T. M. V. *As diferenças entre as gramáticas da fala e a “gramática” da escrita no Português Brasileiro e suas conseqüências para o ensino de línguas*. Revista Gelne. Vol 10: Nº1/2, 2008.

MAGALHÃES, T. M. V. *O Sistema Pronominal Sujeito e Objeto na Aquisição do Português Europeu e do Português Brasileiro*. Campinas, 2006, 175f.

MAGALHÃES, Telma. *Aprendendo o sujeito nulo na escola*. UNICAMP; Dissertação de mestrado, 2000. Universidade de Campinas.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

PAGOTTO, Emilio Gozze. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 1992.

RAPOSO, E. *Teoria da Gramática: A faculdade da linguagem*. Lisboa: Ed. Caminho, 1992.